

1 ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE
2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO
3 PARAÍBA DO SUL DO ANO DE DOIS MIL E DOZE, realizada no dia 29 de Agosto de 2012, no IFRJ –
4 CAMPUS NILO PEÇANHA PINHERAL, situado no município de Pinheiral (RJ), com a presença de
5 membros da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do
6 Médio Paraíba do Sul e convidados (conforme relação de presença no final desta ata) e justificadas as
7 ausências, conforme relação também apresentada no final desta ata. Teve início a reunião presidida
8 pelo Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR), em decorrência da ausência do Coordenador da Câmara
9 Técnica, Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ). O Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR) leu a pauta da
10 reunião com a seguinte **Ordem do dia**: 1. *Abertura*, 2. *Aprovação da ata da 18ª Reunião de Câmara*
11 *Técnica*; 3. *Definição da área piloto para aplicação de recursos do PSA*; 4. *Apresentação da*
12 *hierarquização do Edital 01/2012*; 5. *Encerramento*. **Item 2.** O Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR)
13 sugeriu aos membros da Câmara Técnica que a aprovação da ata da 18ª Reunião de Câmara Técnica
14 fosse realizada na próxima reunião em razão de sua extensão. Os membros presentes concordaram, e
15 a aprovação da ata foi adiada para dia 13.09.2012, data em que será realizada a 19ª Reunião de
16 Câmara Técnica. **Item 3.** O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) realizou uma apresentação explicando a proposta
17 utilizada no Comitê Guandu para a escolha da área prioritária para a aplicação do PSA no projeto
18 “*Produtores de Água e Floresta*”. Discorreu sobre a experiência do trabalho realizado no Comitê
19 Guandu, e informou que para a priorização devem ser levados em consideração fatores como a
20 biodiversidade, se o território possui maciços florestais representativos, se possui unidades de proteção
21 ou unidades de uso sustentável, se está em área prioritária segundo o Ministério de Meio Ambiente e se
22 é uma área produtora de água, no alto de uma bacia hidrográfica. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP)
23 comentou que para a seleção de áreas prioritária deveriam ser mais valorizados os itens que dizem
24 respeito à gestão dos recursos hídricos do que os relativos à biodiversidade, como a proteção dos
25 mananciais. A Sra. Flávia Pires (INB) ressaltou a importância da restauração em áreas de florestas para
26 a produção de água, e discorreu sobre a dificuldade da implantação de projetos em áreas degradadas e
27 que necessitam de recuperação, descrevendo as ações abordadas pela INB em projetos deste gênero.
28 O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) apresentou um mapa hidrográfico, um mapa de uso do solo e um mapa de
29 áreas prioritárias do Ministério de Meio Ambiente para auxiliar a análise de área prioritária na região do
30 Médio Paraíba do Sul. Questionado pela Câmara Técnica sobre a existência de documentação
31 específica, asseverou que a ausência de mapas específicos nunca foram elementos impeditivos para o
32 início dos trabalhos no Comitê Guandu, e que o material apresentado é fruto de anos de trabalho de
33 campo. A Sra. Flávia Pires (INB) sugeriu que a área da Bacia do Rio Preto fosse priorizada, pois em sua
34 opinião seria uma oportunidade de estreitar laços com os moradores locais. Argumentou que dessa
35 forma seria uma extensão do trabalho realizado no I Fórum do Rio Preto e que seria oportuno pela
36 proximidade com um Comitê parceiro, como o Preto-Paraibuna. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) esclareceu
37 que a escolha não deveria ser realizada com base em política, mas sim com bases técnicas e
38 argumentos sólidos. Indicou Itatiaia e Resende como áreas potenciais para a aplicação do PSA por
39 serem áreas produtoras de água. Explicou alguns métodos utilizados e esclareceu que com o PSA cada
40 propriedade possui metas de restauração e de preservação individuais, quanto maior a restauração,
41 maior o valor da floresta daquela propriedade. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) discorreu
42 sobre o Rio Turvo, alegando que este rio seria a única opção para algumas cidades captarem água
43 caso ocorra um evento danoso ao Rio Paraíba do Sul, e que por este motivo deveria ser adotado o
44 “princípio da precaução” ao Rio Turvo, e sugeriu que, além dos requisitos abordados pelo Sr. Maurício
45 Ruiz (ITPA), seria de grande valia preservar rios que possam ser importantes para a população. O Sr.
46 Vinicius Soares (AGEVAP) demonstrou no mapa a localização da bacia do Rio Turvo, ilustrando a
47 argumentação do Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB). A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV)
48 sugeriu a priorização do Rio Preto por esse rio já estar incluído nos estudos que o CEIVAP está
49 realizando das bacias com potencial elétrico, e informou que há poucos estudos na região do Rio Turvo.
50 O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) comentou que o Rio Preto pode ser incluído no estudo, e apontou a
51 importância de se priorizar outras microbacias também, como Itatiaia, Resende, e uma parte de Porto
52 Real. O Sr. Sérgio Alves (INEA) questionou a quantidade de área que poderia ser trabalhada com o
53 recurso disponível pelo CBH-MPS. O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) respondeu que seriam aproximadamente
54 7 mil hectares. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comentou que em sua opinião seria mais importante
55 incluir Quatis do que Porto Real, por ser uma região com grande potencial agrícola. O Sr. Sérgio Alves
56 (INEA) e a Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) concordaram com a sugestão da Sra. Vera Lúcia
57 Teixeira (NVNV). O Sr. Maurício Ruiz (ITPA) explicou que a definição de microbacia é complexa, e
58 sugeriu que fosse definida uma área piloto para ser estudada e que a partir desse estudo se realizaria a
59 definição da microbacia. Em resposta à Sra. Vera Lúcia Teixeira, sobre a inclusão do município de
60 Quatis, afirmou que seria inviável estudar três municípios inteiros. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP)

sugeriu o agendamento de uma nova reunião para continuar a discussão do tema, com a presença de especialistas da área para auxiliar a decisão do CBH-MPS. Os membros da Câmara técnica deliberaram, e ficou estimado o valor de R\$ 80.000,00 a R\$ 100.000,00 por ano para aplicação em PSA, a definição da região de Resende e Itatiaia como foco da análise da microbacia a ser priorizada, e o agendamento de nova discussão sobre o tema na 19ª Reunião de Câmara Técnica, dia 13.09.2012, com a presença do Sr. Luis Felipe Lenz Cesar (Crescente Fértil) como convidado. **Item 4.** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) apresentou a planilha atualizada de hierarquização dos municípios que manifestaram interesse ao Edital CBH-MPS nº 01/2012. O Sr. Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP) explicou a hierarquização e esclareceu que os municípios não habilitados poderão ser incluídos na hierarquização de um próximo edital, se ainda houver interesse do município. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) perguntou à Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) qual seria a proposta do município de Volta Redonda para a elaboração do projeto, já que este demandaria muito recurso, excedendo o valor estipulado pelo Comitê. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) propôs que o município de Volta Redonda elabore o projeto da estação de tratamento em si, e o Comitê elabore o projeto no entorno dessa estação, com as elevatórias e coletoras, como uma complementação. O Diretório e a Câmara técnica concordaram com a proposta da Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) e a hierarquização foi aprovada. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comunicou que, em razão da não habilitação do município de Valença por possuir Estações de Tratamento nas localidades indicadas para o Edital, o Sr. Carlos Henrique de Souza (Pref. Mun. de Valença) informou ao CBH-MPS que o município construiu a estação com o dinheiro do Estado, no entanto em seguida houve a privatização do serviço pela CEDAE, e que hoje a estação está abandonada. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu que o Comitê auxilie Valença nessa situação. Ficou decidido que o tema será discutido na 7ª Reunião Ordinária do CBH-MPS. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comunicou que na gestão anterior o CBH-MPS cedeu recursos ao FECAM, e que o Comitê poderia apurar a prestação de contas desse recurso e solicitar o valor que não foi gasto para auxiliar no Edital nº 01/2012. Explicou que na época o recurso seria transferido para um fundo perdido ou repassado ao FECAM, com o compromisso de devolução caso não fosse utilizado em sua integralidade. Os membros do Diretório e da Câmara técnica concordaram com o agendamento de uma reunião com representantes do CBH-MPS para a apuração da prestação de contas desse recurso. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelo Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR), substituto do Coordenador da Câmara Técnica, o Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Cíntia Rodrigues Suetti, Auxiliar Administrativa da AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Vice-Coordenador da Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão e Legal do CBH-MPS, Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR).

Pinheiral, 29 de Agosto de 2012.


Evandro da Silva Batista

Vice-Coordenador da Câmara Técnica Permanente
de Instrumentos de Gestão e Legal – CBH-MPS

Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público: Evandro da Silva Batista (PMVR); Sérgio Alves (INEA)

Membros representantes dos Usuários: Flávia Cristina C. A. Pires (INB); Márcia Cinira Neves (SAAE-VR);

Membros representantes da Sociedade Civil: Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA)

Lista de Presença de Convidados: Cristiana do Couto Miranda (IFRJ); Mariana Barbosa Vilar (ITPA); Juliana Bustamante (ITPA); Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB); Vera Lúcia Teixeira (NVNV); Mauricio Ruiz (ITPA); Fernando Torga (AGEVAP); Vinicius Soares (AGEVAP); Flavio Sobreira (AGEVAP-UD1); Cíntia Suetti (AGEVAP-UD1).

Ausências Justificadas por telefone / e-mail: Giselle Ferreira Mazzoni (PMPA); Jorge Luiz de S. Florentino (FURNAS); José Arimathéa de Oliveira (IFRJ); Jacques Fernandes Dias (UERJ).